

# RESISTÊNCIA INVENTIVA DAS MULHERES FUMAGEIRAS DO RECÔNCAVO BAIANO

Elizabeth Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender as ações que configuravam os instrumentos de resistência das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo baiano, na primeira metade do século XX, como uma resposta à exploração e a dominação sofridas por elas nos espaços de trabalho. A pesquisa fundamenta-se em fontes históricas primárias que consistem em documentos como as “Fichas de Registro de Empregado” e as “Correspondências Internas” das empresas fumageiras, bem como, a Fonte Oral. A discussão prioriza a construção histórica e cultural das relações sociais nos espaços de trabalho, considerando, sobretudo, a perspectiva de gênero. Neste sentido, observa-se que as lutas das mulheres fumageiras não se limitaram às formas coletivas e organizadas, mas, se inscreveram no campo das estratégias sutis de resistência.

**Palavras-chave:** Mulheres. Trabalho. Indústria fumageira. Relações de poder. Gênero.

## Abstract

This article aims at understanding the actions that constitute the elements of resistance of tobacco workers in the Bahian Reconcavo area during the first half of the 20th century, as a response to the exploration and domination imposed on them in the workplace. The research is based on primary historical sources consisting of documents, such as tobacco industry “Employees Registry Files” and “Internal Correspondence”, as well as on the use of oral history. The discussion gives priority to the historical and cultural construction of social relations in the workplace, considering, in particular, the gender perspective. In this regard, it is observed that the struggles led by tobacco women workers were not limited to those of a collective and organized nature, but were also inscribed in the field of subtle resistance strategies.

**Key words:** Women. Work. Tobacco industry. Power relations.

---

<sup>1</sup> Elizabeth Rodrigues da Silva é doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e mestre em História (UFBA). Atualmente é professora titular da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, professora e coordenadora do Programa de Iniciação Científica - PROINC da Faculdade Maria Milza – FAMAM.

# 1 INTRODUÇÃO

(...) em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelo efeito do poder (FOUCAULT, 1979).

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano circunscreveu-se a dois espaços distintos – a casa e a fábrica. O primeiro caracteriza-se como um espaço privado, de constituição da família<sup>2</sup>, lugar de disciplina, de produção e reprodução dos gêneros, em correspondência com as demandas morais, religiosas, culturais e sociais, em seus diversos contextos. Lugar adequado à exploração e, de forma inseparável, à opressão, seja na produção ou na reprodução. Os valores produzidos e reproduzidos neste espaço refletem-se, diretamente, nos ambientes e nas relações de trabalho. O segundo, a fábrica, caracteriza-se como espaço externo, disciplinado e de disciplinamento, onde o controle e a vigilância dos sujeitos, no caso, as trabalhadoras, não advêm ou servem a uma tradição, mas a um sistema de produção que tem como objetivo principal produzir em larga escala para obter lucros imediatos e cada vez maiores, o que se faz extraindo do/da trabalhador(a) todo o seu tempo e a sua força laboral.

A casa e a fábrica, espaços onde se desenrolaram as atividades fumageira de beneficiamento, preparação dos fumos e fabricação de charutos, também se constituíram e se caracterizaram a partir das relações sociais e relações de trabalho entre os sujeitos envolvidos, direta e indiretamente, no cenário econômico e social da região do Recôncavo. Em casa, tanto a atividade doméstica como o trabalho com o fumo, diretamente, eram realizados sob o comando das mulheres, mas envolvia, exceto os homens, todos os membros da família, inclusive as crianças<sup>3</sup>. Nas fábricas, patrões,

---

<sup>2</sup> Apesar de ter predominado no imaginário social do Recôncavo Baiano o modelo de família nuclear, na prática esse modelo resumiu-se, apenas, à pequena elite econômica. Nos meios populares a família constituía-se de maneira mais contingente, cujo poder central, na maioria das vezes, era exercido pela mulher e não pelo homem, como no modelo tradicional. Em relação à noção do espaço da casa como privado, não se trata de uma noção de lugar fechado, inacessível e sem relação com o mundo exterior, ao contrário, tratava-se, também, de um espaço de produção, onde a linha que o separava da rua era muito tênue.

<sup>3</sup> A análise do trabalho das fumageiras no próprio domicílio ocorrerá em outro momento da discussão.

gerentes, mestres, operários e operárias, ocupavam a cadeia hierárquica das posições e das funções para a realização do trabalho fabril. Espaços separados fisicamente e distintos em sua função primeira, mas unidos pela rede de relações tecida pela população fumageira que transitava entre eles, (re)inventando os seus modos de vida, ao mesmo tempo em que forjava todas as possibilidades de resistência à exploração e a dominação<sup>4</sup> impostas pelo trabalho nos seus respectivos espaços.

É a partir dessa compreensão que deverá se desenvolver a análise da resistência inventiva das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, especificamente, no período de 1906 a 1950, considerando as relações de poder que, historicamente, entrelaçavam as ações dos sujeitos e que permeavam outras relações, como às de gênero, raça e classe.

O termo “resistência” implica perguntar o quê ou a quem se resiste e, no caso específico das mulheres fumageiras, resistir a quê ou a quem revela o caráter explorador e opressivo presente na relação entre o comando da fábrica e as trabalhadoras. Assim, mesmo considerando expressiva a exploração sofrida pelas mulheres fumageiras, é a concreticidade da opressão nas relações do cotidiano fabril que mais espoliava aquelas mulheres em sua vontade de *ser* no mundo. Recusar as ações que advinham daquele lugar e que lhes submetiam ao controle, à disciplina e à sujeição não era tão simples, não significava uma resistência coletiva e organizada, a partir de uma consciência de gênero e/ou de classe, contra um sistema de ideias sedimentado na cultura e arraigado em toda a sociedade, mas significava implementar estratégias, coletivas ou não, para driblar a dominação que tentava, incessantemente, anular-lhes da condição de sujeitos de suas ações. Era, de fato, uma tentativa de luta sutil contra uma *superexploração* visível e escancarada.

Por outro lado, não se pode negar o fato de que essas mulheres também incorporavam a opressão como natural, contudo, o que importa aqui é perceber como elas resistiam aos seus efeitos. Afinal, relações de gênero são relações de poder e, nesta perspectiva, é preciso compreender como se constituíram as relações de gênero que, até

---

<sup>4</sup> Não se trata aqui de uma dominação no sentido geral ou global, mas de uma dominação específica das relações de trabalho no contexto da indústria fumageira do Recôncavo, considerando as questões de classe e, sobretudo, as questões de gênero; como também, não se trata de uma dominação rígida de um grupo sobre o outro, uma vez que, considera-se a dominação em questão como uma das múltiplas formas de dominação exercidas na sociedade, pois, segundo Foucault (1979), ela não ocorre, apenas, de cima para baixo na escala social, mas nas “múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social”. (FOUCAULT, p.181).

então, influenciaram àquela sociedade e, por conseguinte, a vida e a história das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano.

## 2 RELAÇÕES SOCIAIS FUNDADAS SOB OS PRINCÍPIOS PATRIARCAIS

Fazer a leitura da opressão das mulheres fumageiras e de suas reações a partir de uma perspectiva feminista, é uma posição considerada politicamente correta, porém não é tão simples, faz-se necessário perguntar: qual perspectiva feminista? O olhar feminista, o ponto de vista feminista e a interpretação feminista dos fatos não são posições isoladas, fechadas em uma disciplina ou que obedecem a um cânone. São múltiplas as perspectivas feministas que se utilizam das várias áreas do conhecimento para fazer a crítica feminista, ao mesmo tempo em que, as diversas áreas do conhecimento incorporam em suas análises a perspectiva feminista de gênero, incluindo, na mesma medida, a crítica feminista ao conhecimento.

A História, por sua vez, tem sido uma das ciências que melhor tem empreendido essa tarefa, apesar de não apresentar, ainda, uma preocupação mais direcionada para a questão das mulheres. Mas, ao lado de ciências como a Antropologia, a História tem se aproximado de outros campos do saber e, a exemplo do que fez os estudos feministas também, tem produzido uma crítica contundente ao conhecimento e seus tradicionais métodos, assim como tem se lançado por caminhos “estranhos”, ousado novos métodos quase que arqueológicos para encontrar o que foi apagado, novos objetos, novas fontes, novos olhares sobre antigos objetos<sup>5</sup>, questionando e invalidando as teorias supostamente neutras. A História das Mulheres, apesar das críticas que tem sofrido, foi um dos principais pontos de partida para romper as barreiras da invisibilidade das mulheres na história e sua negação como sujeitos do conhecimento.

São, portanto, os campos da história que oferecem as condições para analisar a constituição da opressão das mulheres fumageiras no contexto das relações sociais da

---

<sup>5</sup> A História Nova e seus representantes Jacques Le Goff, Lucien Febvre, Marc Bloc, dentre outros das duas principais gerações de historiadores da Escola Nova, foram os responsáveis por esta mudança na escrita da história, derrubando o paradigma positivista, defensor dos princípios da Ciência Moderna.

região, que, naquele espaço e naquele momento, se configuravam como patriarcais. É preciso perceber, além das origens, a continuidade do patriarcado e a sua dinâmica nas relações sociais. Compreender como ele se manteve através do tempo, quais foram as formas em que ele se travestiu em determinados espaços através dos discursos que perpassavam os valores e as instituições, para manter a dominação dos homens sobre as mulheres.

Na região fumageira do Recôncavo Baiano, desde os primórdios, é possível identificar as marcas e os instrumentos que denunciam uma história da opressão das mulheres e de suas lutas, organizadas ou não, contra o seu opressor. A família era o reduto de produção e reprodução da dominação das mulheres, contudo, foram nos estabelecimentos de trabalho que a dominação se expressou de forma organizada e pública, onde as relações sociais patriarcais demarcaram os espaços físicos e sociais e as relações de trabalho<sup>6</sup>.

Mesmo tratando-se de mulheres que chefiavam suas famílias, tanto no que se refere ao aspecto econômico e administrativo da casa, quanto na educação e cuidado dos filhos e agregados, elas viviam sob os parâmetros de uma sociedade com características e relações sociais patriarcais (DAHLERUP, 1987).

A compreensão do conceito de patriarcado passa pela sociedade de modo geral, mas devem-se levar em consideração as variações e as especificidades nas relações sociais entre homens e mulheres, conforme os espaços políticos, a classe e a raça em que estejam inseridos ou façam parte, pois os efeitos do patriarcado sobre as mulheres têm ocorrido diferentemente para cada caso, mantendo, apenas, o traço comum da desigualdade nas relações entre homens e mulheres.

Desta forma, importa-nos entender como se caracterizavam e se organizavam as relações sociais patriarcais no âmbito da indústria fumageira do Recôncavo Baiano e como as mulheres trabalhadoras se moviam nesse ambiente minado pela opressão e pela exploração, à medida em que lutavam pela sobrevivência, acumulando a construção das duas identidades – mulher e trabalhadora. Costa (1998) informa que “patriarcado e

---

<sup>6</sup> A família como expressão de dominação capitalista e patriarcal é citada várias vezes em diálogo com diversas autoras por Costa (1998). Esta autora afirma que a família é a “instituição que instrumentaliza e mantém a opressão da mulher em toda a história dessa sociedade, já que a família evoluiu e se adaptou de forma mais eficiente que as outras instituições aos interesses da classe dominante”. (COSTA, 1998, p.21).

capitalismo convivem através da divisão sexual do trabalho na família e na produção social, em um processo de dependência mútua: um se adapta às necessidades do outro” e ainda, “(...) os dois são duas faces de um mesmo sistema produtivo e devem examinar-se como formas integradas” (COSTA 1998, p. 36-39).

A situação daquelas e de outras trabalhadoras nos espaços de trabalho estava relacionada à sua situação de mulher, a partir de suas funções na família ou a partir de um modelo de família, bem como, nos moldes das desigualdades de gênero em que a sociedade estava estruturada<sup>7</sup>.

### 3 ORGANIZAR PARA IMOBILIZAR

A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço, individualizado, classificatório, combinatório. (FOUCAULT, 1979, p. 106).

Foi durante a primeira metade do século XX que a indústria fumageira do Recôncavo Sul da Bahia se transformou no cenário onde foram confeccionados, de forma artesanal, os requintados charutos e cigarrilhas que atenderam a vários gostos e várias classes sociais de diversos países do mundo. As três maiores fábricas, a Dannemann, a Suerdieck e a Costa Ferreira & Penna, chegaram, no auge do seu funcionamento, a produzir mais de 200 milhões de charutos anuais; ou ainda na época do jubileu de ouro da Suerdieck (1955), quando esta fábrica reinou sozinha, absorvendo a clientela das demais que entraram em falência, chegou a produzir 180 milhões de charutos anuais. (CORREIO DA BAHIA, 2000, p.4; SUERDIECK, 1955).

Estas fábricas de charutos, em sua estrutura organizacional, desde a distribuição dos espaços, das instalações e dos objetos à hierarquização das funções e das pessoas,

---

<sup>7</sup> Conforme Dahlerup (1987, p.124), o conceito marxista de exploração de classe se define pelas relações da classe trabalhadora com os meios de produção, enquanto a opressão das mulheres não deriva de um único jogo de relações sociais, mas de um complexo sistema de estruturas e relações inter-relacionadas. Para Combes e Haicault (1986, p.25), produção e reprodução são indissociáveis, uma é condição da outra, porém, se o modo de produção transforma o próprio ser humano numa mercadoria apenas confirma a subordinação da reprodução à produção, e essa subordinação se apoia numa outra subordinação ou submissão – a das mulheres aos homens, que repousa na divisão sexual do trabalho. E ainda acrescenta que essa relação corresponde à instauração do sistema patriarcal, articulado com o desenvolvimento de sociedades de classes.

reproduziam e materializavam a ideologia patriarcal. Apesar da relevância em se observar, em primeira mão, a exploração que imperava nos ambientes fabris, independentemente do sexo, são as relações sociais patriarcais, baseadas nas desigualdades de gênero, que lançaram as bases e geraram as condições para que a exploração pudesse ocorrer a contento do sistema econômico, considerando que capitalismo e patriarcado se produzem e reproduzem mutuamente. Desta forma, as mulheres, no caso as fumageiras, encontravam-se duplamente em desvantagem – oprimidas e exploradas. Por mais importante que fosse a sua posição na hierarquia de poder, por mais necessária que fosse a sua função para a fábrica, a mulher continuava sendo um ser inferior diante dos homens, mesmo daqueles que ocupavam funções menos importantes que a sua.

A organização dos espaços fabris, na região fumageira, atendeu à lógica capitalista da divisão social do trabalho, mas foi o caráter da suposta naturalização da divisão das tarefas entre homens e mulheres que caracterizou, em grande medida, a atividade fumageira dentro e fora das fábricas. O gênero demarcava os espaços físicos e as relações entre os/as trabalhadores(as) e entre estes/estas e os superiores hierárquicos.

Mas, o que explica a adoção do método “natural” de divisão sexual do trabalho na indústria do fumo do Recôncavo? Era a adoção ingênua e gratuita das formas de organização da própria sociedade, naquele momento? A incorporação da dinâmica das relações sociais patriarcais que predominava na região do Recôncavo, pelos empresários do fumo, se comprazia com seus interesses mais amplos. Era cômodo, ou seja, não necessitava romper com a cultura local, não criava nenhum tipo de desagredo àquela sociedade, ao contrário, a organização fabril reforçava e reproduzia os valores da cultura patriarcal que determinava lugares para homens e mulheres na hierarquia social. Outro aspecto e, talvez, o mais importante é que o modelo patriarcal servia, fielmente, ao sistema econômico vigente. A forma como a fábrica estava organizada revelava um propósito. A distribuição dos/das trabalhadores(as) nos espaços e nas funções era, ideologicamente, projetada no sentido de manter o controle dos grupos, de poder adotar diferentes instrumentos de disciplina e, principalmente, de evitar qualquer possibilidade de articulação e de mobilização de ações políticas pelos/pelas trabalhadores(as).

As fábricas de charutos eram compostas por diversas repartições, variando muito pouco de uma para outra fábrica, quando se tratava do mesmo porte empresarial. As

grandes fábricas compunham-se de recepção, escritórios, cofre (este último era uma pequena saleta com paredes e porta adequadas), almoxarifados, elevador de carga conforme o porte da fábrica e estrutura do prédio, ambulatório, sanitários, refeitório, oficina mecânica, depósitos, caldeiras, câmaras de fumo e de charutos, carpintaria, salões de beneficiamento de fumo (onde se concentrava grande parte do pessoal nas várias etapas do preparo do fumo), salão de anelamento, salão de encaixamento, bancas de capas e a charutaria.<sup>8</sup>

Salvo as áreas e repartições comuns, as outras eram divididas entre os dois sexos, ou seja, havia repartições masculinas e repartições femininas. Os homens ocupavam as áreas administrativas, a de serviços pesados e serviços gerais. As mulheres ocupavam, apenas, as repartições de trabalho ligadas diretamente ao beneficiamento dos fumos, confecção e embalagem dos charutos. Todas as áreas e repartições eram, estrategicamente, projetadas para atender, além das necessidades da cadeia de produção, a localização dos indivíduos conforme o gênero e a posição na escala do poder. Assim, as mulheres fumageiras foram distribuídas, em suas diversas funções, no centro da fábrica – onde se localizavam os salões de beneficiamento dos fumos, de encaixamento e anelamento dos charutos – e na parte da frente, onde se localizava a charutaria.

A seção de charutaria, espaço predominantemente feminino, ficava sempre no salão da frente, onde eram distribuídas as bancas em fileiras duplas, dispoendo as mulheres sentadas em tamboretos, uma ao lado da outra em cada fileira de bancas. As bancas eram divididas, em média, em dez lugares cada uma, separadas por tábuas laterais que ofereciam a cada charuteira um espaço individualizado, onde arrumavam seus instrumentos e materiais de trabalho. Porém, como se observa na primeira fotografia, a seguir, a distribuição das bancas da charutaria não favorecia com facilidade a comunicação da charuteira com a sua vizinha da frente, pois ou as bancas se localizavam distante uma da outra ou, quando juntas, separava-se por uma coluna mais alta que o lastro da banca, uma espécie de cabeceira<sup>9</sup>. Ora, se as charuteiras se sentassem uma frente à outra sem qualquer obstáculo, possibilitaria não apenas a conversa entre elas, mas a possibilidade de parar o

---

<sup>8</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. *Correspondências Internas da Dannemann, 1920 - 1952.*

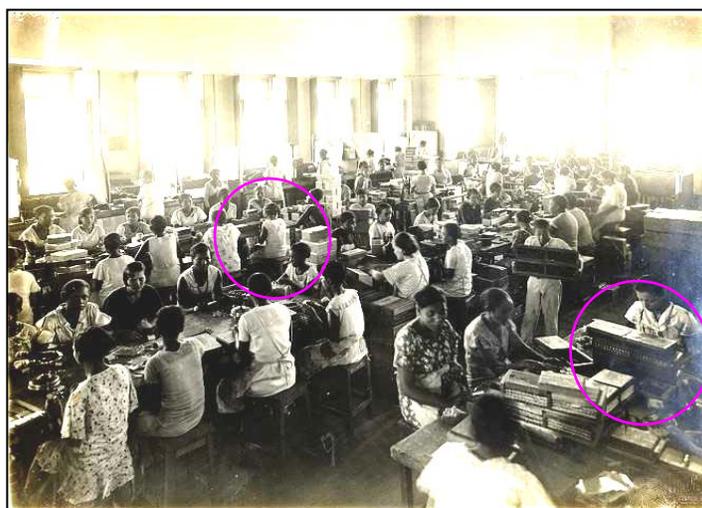
<sup>9</sup> MELO, Laurentina Neves. Neves. Trabalhadora da **C. Pimentel**. Aposentada, 83 anos de idade, 1996; ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. **Correspondências Internas da Dannemann, 1920 - 1952.**

trabalho enquanto se olhassem para estabelecer uma comunicação mais direta, o que era mais difícil ocorrer com as colegas de suas laterais.

As fotografias revelam que os assentos eram desconfortáveis e sem recosto; a distância entre as trabalhadoras era mínima, dificultando a locomoção e até o movimento dos braços enquanto cortavam a folha de fumo e enrolavam os charutos. A arrumação da charutaria ia além da economia de espaços, favorecia também aos mecanismos de disciplina e controle usados pelos mestres de seção, dentre outras peculiaridades da organização fabril.



**Figura 01:** Seção de charutaria de uma fábrica de charutos do Recôncavo  
**Fonte:** Arquivo Público do Estado da Bahia – Secretaria da Agricultura.



**Figura 02:** Seção de caixa de uma fábrica de charutos do Recôncavo.  
**Fonte:** Arquivo Público do Estado da Bahia. Secretaria da Agricultura.

Nesta segunda fotografia, a seção de embalagem dos charutos seguia a mesma organização e controle da charutaria. Neste espaço, a imagem favoreceu a identificação de dois homens entre as mulheres, um fazendo a reposição de caixas de charutos e, o outro, mais atrás, de pé, confirmando que havia ali a presença do chefe de seção ou mestre, aquele que além de coordenar o trabalho, fiscalizava, controlava e punia, se preciso fosse.

Nestes espaços ou seções de trabalho, tanto o gênero quanto o poder interferiam diretamente na realidade mais concreta das trabalhadoras fumageiras – seu corpo –, desde as vestimentas que lhes aprisionavam num corpo de mulher, até as posturas que deveriam manter durante o período de trabalho. Seus corpos estavam disciplinados para além da sexualidade, a sua distribuição no espaço fabril anunciava a ordem e a disciplina às quais as fumageiras estavam submetidas; “eram corpos marcados e arruinados pela história” (FOUCAULT, 1979, p.22). Era, enfim, a presença de um “poder disciplinar”<sup>10</sup> específico daquele contexto que tinha como objetivo produzir as trabalhadoras necessárias àquele tipo de indústria, tornando seus corpos força de trabalho, a partir de um sistema político de dominação de gênero e classe (FOUCAULT, 1979).

A organização do espaço fabril da indústria fumageira era, portanto, um dos principais meios de disciplinamento das trabalhadoras, além do controle do tempo que as submetiam aos rigores do cumprimento da produção, considerando ainda a exigência da qualidade. Por outro lado, essas ações jamais se concretizariam espontaneamente ou através de meras ordens dos superiores hierárquicos das trabalhadoras, foi preciso recorrer à implementação do mais antigo instrumento de controle: a vigilância constante dos mestres, uma das “células periféricas do poder” nas fábricas.

Os mestres, auxiliados pelos contramestres e passadores de charutos, destinavam-se ao trabalho de observar, fiscalizar e controlar todo o processo de trabalho da confecção dos

---

<sup>10</sup> A análise do processo de disciplinamento das trabalhadoras fumageiras no espaço fabril ou do esquadrinamento e organização do espaço como mecanismo de disciplinamento, não tem como objetivo caracterizar o trabalho das fábricas de charutos como um “trabalho disciplinar”, mas em identificar a disciplina como um dos principais instrumentos de controle das trabalhadoras no processo do “trabalho produtivo”, com vistas a garantir, ao máximo, a extração de sua capacidade laboral, o melhor uso do tempo e atingir o nível mais elevado de produção, uma vez que, segundo Foucault (1979, p. 223 - 224), “as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção. Falo da produção em sentido amplo”. Ainda, ao destacar a função tripla do trabalho: produtiva, simbólica ou de adestramento ou disciplinar, este autor afirma que “o mais frequente é que os três componentes coabitem” nas categorias que se ocupa.

charutos, de fazer as anotações e encaminhá-las aos devidos setores e de disciplinar as trabalhadoras. Segundo Foucault (1979), foi nas corporações de ofícios do século XVII que surgiram os personagens do mestre e contramestre, este último destinado “não só a observar se o trabalho foi feito, como pode ser feito rapidamente e com gestos melhor adaptados” (FOUCAULT, 1979, p.106), uma vez que “as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção” no sentido amplo (FOUCAULT, 1979, p.223). A necessidade dessas funções era reveladora da trama política que envolvia os sujeitos no espaço fabril, pois, frequentemente, registravam-se casos de erros propositais na produção, desobediência e reincidência em práticas proibidas pelo regulamento das fábricas, gerando um repertório de punições, desde a advertência verbal e escrita, a suspensão até a demissão.

Os métodos de disciplina implantados nas fábricas controlavam não apenas a produção, mas a qualidade dos produtos, desde a seleção dos tipos de fumo, o tratamento dado a cada folha do tabaco à confecção e embalagem dos charutos. Contudo, “o controle não atingia o próprio gesto”, não atingia o ritmo dos movimentos dos braços e mãos no vai-e-vem do abrir e enrolar os fumos até obter o produto final. Para realizar a produção, as fábricas dependiam de cada charuteira, do seu talento e a habilidade de suas mãos que, com arte e ciência, fazia e refazia os detalhes, buscando a perfeição em cada segundo para então surgir o charuto como uma peça de arte das mãos da artista. As mãos das charuteiras e a matéria-prima, enquanto agiam na confecção dos charutos, formavam uma simbiose a galgar a perfeição estética e o bom paladar deste produto que alimentava o gosto e a preferência dos seus adeptos. A qualidade do fumo e da mão de obra determinava o resultado final da produção, ou seja, a qualidade e a quantidade da produção. Preparar os fumos e confeccionar os charutos constituía o campo de saber das fumageiras que, ao estabelecer relações com outros campos de saber existentes no espaço fabril, determinava uma prática social de poder específica.

Apesar da fiscalização e disciplina impostas pelos fabricantes, resultando, diretamente, no controle dos corpos das fumageiras, elas detinham todo o saber da preparação dos fumos e da confecção dos charutos, acumulando, portanto, uma gama de poder e de controle também sobre a produção. É neste sentido que se concorda com Foucault (1979), quando ele afirma que “o saber acarreta efeitos de poder”, pois o saber das mulheres fumageiras e, em especial, das charuteiras, representava uma força poderosa

temida pelos empresários, o que permitia a constituição de novas relações no campo do poder no universo fabril regional.

#### 4 AÇÕES E REAÇÕES NO INTERIOR DAS FÁBRICAS

Os indivíduos [...] nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Nesta análise, consideram-se ações todo tipo de imposição, norma e disciplinamento praticado pelas empresas fumageiras em relação às mulheres trabalhadoras, toda forma de controle, seja nos espaços, seja no uso do tempo ou de seus corpos, com o objetivo de extrair delas o máximo de sua força laboral, em favor da produção diária determinada para cada uma das trabalhadoras. Mas, é possível perceber que estas ações extrapolavam os objetivos da exploração da força de trabalho, elas também se inscreviam no campo das relações de gênero, pois, não bastava o cumprimento dos horários e da produção determinada, que faziam parte do padrão de normas de qualquer trabalhador industrial, era preciso manter as mulheres trabalhadoras sob um rigoroso controle interno – não circular nos demais espaços da fábrica a qualquer momento e sem autorização, não falar muito, não conversar umas com as outras, não se levantar das bancas de trabalho, exceto nos momentos pré-determinados, e outras situações que as colocavam sob um rígido controle de seus corpos, pois eram consideradas frívolas e arreadias.

Da mesma forma, o descumprimento ou desobediência, sutil ou aberta, a esse conjunto de imposições, as estratégias que essas mulheres adotavam para burlar o rigor do controle, assim como as sabotagens, a sedução, o corpo mole, a ajuda mútua e, até mesmo, o enfrentamento direto configuravam o conjunto das reações por parte das trabalhadoras. Assim, percebeu-se nas falas das trabalhadoras e nos documentos consultados, que não havia um poder central macro agindo sozinho de cima para baixo, como uma espécie de “instituição” de propriedade unicamente da empresa e que as trabalhadoras estivessem destituídas de qualquer poder. Ao contrário, ao analisar as ações e reações no âmbito das fábricas de charutos do Recôncavo Baiano, percebe-se que havia ali o exercício do poder por todos os indivíduos envolvidos no processo de fabricação dos charutos e no conjunto

das relações de trabalho, não havendo, portanto, um poder localizado em um único ponto específico da hierarquia empresarial. Se havia uma situação central do poder, havia uma situação periférica; se havia um nível macro do poder, havia um nível micro do exercício do poder. O poder não se configurava como uma coisa estática, mas como uma força que movia o sistema de engrenagem da indústria fumageira, ou seja, as relações de trabalho e as relações de gênero ali imbricadas.

Toma-se emprestada a concepção de poder de Michel Foucault, expressa na obra *Microfísica do Poder* (1979), onde surpreende por desvincular o poder do aparelho estatal, destacando uma rede de poderes moleculares e periféricos que atua em toda a sociedade. O poder, segundo este autor, não é apenas repressivo, mas disciplinar, é também produto de um saber e é por este intensificado. Desta forma, Foucault (1979) revela que nem o poder é global, nem o saber é unilateral, pois “onde há poder e saber há resistência”. Mesmo se tratando de espaços, tempo e situações distintas, a análise de Foucault sobre o poder é perfeitamente conciliável às questões concernentes ao contexto industrial da região fumageira, pois, “trata-se da análise do poder que circula entre os indivíduos em nível local e fora do âmbito estatal” (FOUCAULT, 1979).

Nesta perspectiva, observa-se que a hierarquia da fábrica determinava uma distribuição formal de poder através dos cargos, configurando uma rede de poderes que iniciava com os proprietários/sócios, passando pelo gerente, em seguida os mestres de secção e, por fim, os passadores de charutos, permitindo a formação das “células periféricas”. Essa organização do poder pretendia que os demais trabalhadores do fumo, inclusive as charuteiras, apenas trabalhassem e obedecessem. Em cada repartição da fábrica havia um mestre que, além de dirigir e fiscalizar todo o processo de trabalho que lhe foi confiado neste cargo, representava junto aos trabalhadores a pessoa do gerente daquela unidade fabril, este último, por sua vez, representava os sócios proprietários da fábrica. No setor de charutaria da fábrica, era comum haver o mestre e o segundo mestre ou contramestre e o passador de charutos, função que também era executada pelos mestres quando necessário.

Apesar da aparente verticalização do exercício do poder que representava a distribuição dos cargos e funções nas fábricas de charutos, na dinâmica do cotidiano fabril, ele funcionava em cadeia. Todos os sujeitos envolvidos na hierarquia do poder ora

exerciam o poder, ora sofriam a sua ação, nenhum deles detinham todo o poder, nem, tampouco, eram destituídos de todo o poder, mesmo aqueles sujeitos que não receberam cargos de mando puderam exercer, de alguma maneira, o poder, considerando as posições de classe e gênero.

O cargo de mestre era ocupado, na maioria das vezes, por homens, pois a documentação pertencente às fábricas refere-se “aos mestres” e “passadores de charutos”, no masculino mesmo, inclusive citando os seus respectivos nomes, exceto D. Maria Matilde Moreira da Silva, única mulher citada nesta ocupação<sup>11</sup>. Sempre que as entrevistadas falavam de situações que envolviam a pessoa que ocupava o cargo de mestre e seus auxiliares, se referiam a "ele".

O instrumento de trabalho do mestre era o olhar penetrante e ameaçador, que estava em toda parte até mesmo onde não havia sua presença física, pois era introjetado pelas trabalhadoras, agindo como uma força invisível que invadia todos os espaços à caça de situações que representassem o descumprimento das normas. Em sua observação, Foucault (1979) identifica que “não basta olhá-los [indivíduos] às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares”. (FOUCAULT, 1979, p.106).

Mas, este poder, também era o resultado da produção de um conjunto de saberes específicos da função – saber lidar com as trabalhadoras, a capacidade de impor sua autoridade, acompanhar a “passagem” dos charutos, anotar as produções de cada trabalhadora e encaminhar à gerência, bem como, qualquer situação atípica que ocorresse naquele setor. Enfim, o controle da produção e das operárias estava nas mãos dos mestres diretamente. Quanto a este aspecto, podemos citar Foucault (1979):

A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber (FOUCAULT, 1979, p. 106).

A fala de D. Laurentina expressa a sua impressão sobre o trabalho do mestre:

*O trabalho do mestre era ali, era quando a gente chegava ele ficava ali sempre olhando o que a gente tava fazendo e dizendo. Botava ali as fôrmas de charutos que a gente tinha que fazer e de hora em hora ele vinha assim nas bancas olhando o*

---

11

*charuto, pegava assim pra vê se tava certo, se tava bom, se não tivesse bom ele reclamava e dizia: "esse daqui não tá servindo" e, aí botava lá pro canto, era assim. Havia uma mestra pra passar o charuto de novo, quer dizer que muitas perdia, era refugo aquele charuto que elas tirava, era refugo, muitas perdia, agora eu, Graças a Deus foi difíce perder (Laurentina Neves MELO).<sup>12</sup>*

Ao final do dia, quando cada trabalhadora prestava conta da sua tarefa, se concluída ou não, os charutos eram entregues ao mestre da secção ou passador de charutos que os conferia e passava numa bitola, fazendo uma revisão, onde normalmente eram excluídos aqueles que não atendessem ao padrão daquele tipo de charuto ou à qualidade exigida, descontando, pois, da tarefa daquela que assim os fez.

Anfilófilo de Castro (1941, p.108) afirma que "são observados escrupulosamente os princípios higiênicos; e a fiscalização não cede na exigência do apuro de todo o trabalho, da 'molhação' do fumo até o arranjo das caixinhas". Mas o rigor da fiscalização também apresentava falhas relevantes, seja pela possível fragilidade dos métodos utilizados pelos mestres, seja por sabotagem das charuteiras ou pelos efeitos de possíveis subornos praticados pelos mestres ou pelos passadores de charutos às charuteiras, pois vários charutos com defeitos passavam para a secção de embalagem e até chegavam ao mercado consumidor dando motivos a reclamações constantes, como essas dentre várias que foram encontradas.

Havia, portanto, muitos problemas relacionados à qualidade dos charutos, considerando que se tratava de um trabalho manual, cujo controle de qualidade era baseado no critério do "olho". O processo de fabricação e de fiscalização dos charutos não obedecia a outros critérios objetivos além da bitola, dependia muito mais da sensibilidade e da experiência dos/das profissionais, o que, de certa forma, ocasionava falhas na produção, a exemplo dos charutos defeituosos que passavam pela fiscalização e chegavam até o seu destino final. Por outro lado, se se considerar o grau das exigências, quanto ao controle e a fiscalização em todo o processo de confecção dos charutos, torna-se adequado afirmar que as falhas na passagem dos charutos também poderia se tratar de concessão de vantagens a algumas mulheres por parte dos mestres ou dos passadores de charutos, pois a relação entre as pessoas que executavam tais atividades – confeccionar, fiscalizar e conferir o produto – era de muita proximidade, chegando a resultar, muitas vezes, em relações amorosas entre

---

<sup>12</sup> Citam-se as falas das mulheres entrevistadas dessa forma para diferenciá-las das outras citações de textos teóricos.

charuteiras e o mestre, assim como com o passador de charutos (SCHINKE; CORREIO DA BAHIA, 2000, p.7).

A fiscalização da secção de charutaria, no entanto, ocorria num processo contínuo e se estendia além da confecção dos próprios charutos, como informou D. Laurentina Neves Melo, que "o trabalho do mestre era ali, era quando a gente chegava ele ficava ali sempre olhando o que a gente tava fazendo e dizendo[...]". E, conforme D. Celina:

*Era na ordem, quando chegava na banca, assim, as vez chamava a gente quando o charuto dava defeito, o passador chamava a gente pra reclamar qualquer coisa que desse. Mas, ali a gente tinha que trabalhar na ordem não tinha reclamação, todo mundo tinha que ficar direto constante ali até a hora que sair, não era para ficar saindo, conversando, não podia, não tinha esses direitos não (Celina de Jesus Neris).*

A disciplina, sendo um conjunto de regulamentos destinados a manter a ordem, destacava a obediência como instrumento de controle e que já se constituía em um valor social e moral bastante defendido naquela época, estava presente nos discursos e exigido rigorosamente na prática cotidiana, principalmente nos lugares de trabalho onde se transformava em um forte mecanismo de exploração. O jornal Correio de São Félix<sup>13</sup> era um dos meios de veiculação desse e de outros valores, que tratava e difundia, de forma contundente, a ideologia de manutenção da ordem pública e privada no conjunto da sociedade, a partir de vários artigos que discutiam e reafirmavam os conceitos reguladores dentro da disciplina e da moralidade.

Desta forma, a disciplina dos trabalhadores e, principalmente das mulheres na indústria fumageira, também passou a se constituir como uma função da fábrica e, mesmo depois da legislação trabalhista que passaria a ser reordenada de modo mais amplo pelos mecanismos oficiais, continuou e, neste caso, a fábrica era a reguladora dos passos do trabalhador e da trabalhadora. Anexo à ficha de uma charuteira admitida em 1962, o contrato de trabalho específico para esta categoria elaborado anteriormente a esta data determinava que:

O regulamento da Fábrica, exibido em diversos pontos do estabelecimento do empregador, passa a constituir parte integrante deste contrato, devendo ser estritamente observado, bem assim as ordens e determinações dos superiores hierárquicos (SUERDIECK, 1962).<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Em 23 de abril de 1944, em edição de n.º51, este Jornal publicou os 10 mais importantes pontos de disciplina, exigidos pela Justiça do Trabalho.

<sup>14</sup> Contrato De Trabalho n.º 3014, item IX de 04/06/1962, DOCUMENTOS DA FÁBRICA SUERDIECK:

O processo de trabalho das fumageiras estava ligado à organização da família como instituição, uma vez que era a família a expressão maior do sistema patriarcal, a matriz explicativa do comportamento das mulheres no trabalho (PENA, 1980; COMBES & HAICAULT, 1986; COSTA, 1998). Assim, as charuteiras levavam para o trabalho as determinações sociais de seu sexo e viam na figura do mestre não apenas uma chefia, mas a chefia masculina por excelência, aquele a quem deviam obediência como se fosse o seu pai ou marido, como expressa Dalva Damiana:

*[...] mas a gente tinha um respeito a ele igual um filho tem respeito pelo pai, bastou dizer assim: evém seu Valdo! Ele era difícil dá um carão, mas só no olhar dele de lá pra cá a gente já tava se tremendo, quer dizer que não batia em ninguém, mas o respeito é tudo né? (Dalva Damiana Santos)*

Embora fosse na sutileza dessa obediência que residia a sabedoria política da charuteira, ou seja, obedecer não significava recuar, deixar-se dominar ou acomodar-se, mas aprender a conviver habilmente com a "inevitável" dominação daquela circunstância para atingir o seu objetivo que era manter-se no trabalho para garantir a sobrevivência concreta e o reconhecimento social.

Mas, “onde há saber há poder e onde há poder há resistência”. A submissão das trabalhadoras no interior da fábrica ocorria, mas caminhava, estrategicamente, lado a lado com a resistência e, embora as partes se apresentassem aparentemente como sendo uma ativa e a outra passiva, ou seja, sem confronto aberto entre mestres e charuteiras, mas num jogo político sutil se estabelecia uma relação que, às vezes, se configurava como perigosa e, às vezes, como frouxa, identificando a presença do exercício do poder por ambas as partes, pois “para resistir é preciso que a resistência seja como o poder, tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente”. (FOUCAULT, 1979, p. 241).

Se, por um lado, o poder exercido pelos homens se fazia legítimo, por outro, a resistência exercida pelas mulheres se fazia perigosa, tal e qual o poder, produzindo a necessidade do controle permanente. Os mestres precisavam sempre se utilizar dos mecanismos coercitivos do poder que lhes eram conferidos como homens e como chefes de seção – o olhar corretivo, punitivo, chamar a atenção ou levar alguns casos à suspensão e

até demissão quando achavam necessário. As charuteiras, por sua vez, recorriam às suas estratégias, como a dissimulação e a astúcia, que traduzidas na política do "bom viver", ajudavam a combater a dominação dos seus superiores. Desta forma, é que se concorda com a concepção do termo "luta" na visão de Danièle Combes e Monique Haicault, por estas entenderem que:

[...] toda prática que é contra (mas não necessariamente de forma consciente) as formas de dominação que assumem uma ou outra (frequentemente uma e outra, para as mulheres) das relações sociais aqui consideradas é tributária, a nosso juízo, da luta: absenteísmo, usos da doença, do corpo, estratégia de frear as máquinas, indisciplina, desperdício, solidariedade, são elementos da luta de classes. Da mesma forma, toda prática - mesmo as não coletivas - das mulheres contra a dominação patriarcal e as formas sutis de poder que ela reveste expressa a luta dos sexos (COMBES; HAICAULT, 1986, p. 39).

Assim, D. Laurentina nos apresenta uma relação sem conflitos abertos ou possíveis perseguições, mas deve ter se utilizado de táticas para conquistar a confiança de seus mestres e viver com maior tranquilidade o longo tempo que trabalhou na fábrica C. Pimentel:

*Trabalhei trinta e um anos somente nessa firma, no Pimentel, mas Graças a Deus nunca eles tiveram o que dizer de mim e nunca eu tive o que dizer deles. Os mestres me tratava muito bem, depois que mudaro os mestres botaro uma mestra lá, essa mestra me tratava muito bem e eu gostava muito dela. O povo tinha ódio dela né? Mas eu gostava dela, principalmente, por causa do meu filho, porque ela tratava Julinho tão bem, que aquilo!!! Bem, eu me dei muito bem porque todos gostava de mim, eu tratava todos bem, eu pilheriava muito, brincava muito ali com o mestre, porque tinha o mestre (Laurentina Neves Melo).*

Quando afirma que "o povo tinha ódio dela né? Mas eu gostava dela, principalmente...", observa-se que muitas não gostavam da mestra, revelando que havia um relacionamento tenso entre a mesma e as charuteiras, enquanto ela, D. Laurentina, fez-se mostrar como uma exceção em meio às demais, aquela bem vista por todos, que faz tudo certo e não desagrada seus superiores e, por conseguinte, também é bem tratada, o que, de fato, em vez de caracterizar a submissão propriamente dita, ao contrário, estava implícito em sua fala que o que havia, na verdade, era uma maneira específica de conduzir o relacionamento para sobreviver melhor à submissão sem maiores atritos e poder tirar melhor proveito da situação, o que significa muito mais uma artimanha que uma submissão passiva e inconsciente.

O fato de fazer os charutos com muita rapidez para tentar elevar a tarefa diária além do mínimo exigido, no sentido de aumentar o salário, também nos leva a entender como um dos modos que algumas charuteiras tentavam burlar as regras da fábrica para se beneficiar, mesmo sabendo que tinham que enfrentar as reclamações dos mestres. Desta forma, para D. Laurentina, a passagem dos charutos não significava grandes problemas, pois "muitas perdia, agora eu, graças a Deus foi difíce perder", em relação a algumas de suas companheiras de trabalho ela também afirma que, "(...) porque perdia muitos charutos aí os mestres reclamava muito, elas se aborrecia ou não gostava dos mestres, era assim, só ficava xingano, falano que não ia mais lá trabalhar (...)".

Dalva Damiana, ao descrever outra atitude de seu mestre, deixa entender que a relação deste com as charuteiras não era tão ríspida o tempo todo, havendo em certos momentos o afrouxamento de suas ordens, que tanto podia ser uma concessão, significando uma tática de controle, como podia ser o resultado de uma relação de cumplicidade no tocante ao não cumprimento das ordens superiores, uma vez que mestres e gerentes também ocupavam uma posição subalterna em relação a outros do escalão hierárquico:

*Quando ele tava pra dá um sermão ele chegava e "olhe o dono da fábrica vai chegar tal dia, tal hora", mandava o rapaz que trabalhava na limpeza limpar tudo, assear tudo, aí todo mundo já tava preparado, suas bancas tudo limpinha, cuidando em seus trabalhos e, quando eles chegava não gostava de vê ninguém olhando pra eles não, todo mundo de cabeça baixa (...) Eles respeitava a gente e a gente respeitava eles, a gente não respondia quando eles chamavam a gente pra conversar qualquer coisa, eles chamavam aí eles conversava com a gente ocortamente que ninguém percebia o que era que estava falando, não tinha problema de ôooo não, era ocorto que ninguém sabia (Dalva Damiana SANTOS).*

Apesar do rigor da fiscalização e do controle utilizados pelas fábricas, muitas reações, mesmo que isoladas, das charuteiras contra os mestres ou contra a própria fábrica tiveram lugar na preocupação dos dirigentes pelo embaraço das situações geradas. Tirar algum proveito da empresa, o "corpo mole" no trabalho quando favorável a elas, as desobediências e intrigas, foram atitudes visíveis por parte das charuteiras que também conduziram a decisões drásticas por parte de seus superiores hierárquicos. Em correspondência para o escritório em Salvador o gerente da Dannemann de São Félix informa no item sobre licença que:

Conforme já falamos pelo fone, tem a operária Francisca Santos, direito a 15 dias de férias no valor de Cr\$ 119,00. Pelo valor das férias, se nota logo que é uma operária que pouco ou quase nada gosta de trabalhar, razão pela qual demos a nossa informação anterior, uns vês que operários dessa espécie é preferível, sem ônus para a firma, se afastar. Aconselhamos a não conceder licenças, em vista desse caso.<sup>15</sup>

O uso do fumo dentro da fábrica pelos (as) trabalhadores (as) era proibido em qualquer situação, fosse para fumar, mascar ou arear os dentes, implicava em falta grave, seria o "ocultamento", como disse Anphilóphio de Castro, que neste caso era considerado, além do uso indevido do fumo, furto do material de trabalho. Fumar dentro da fábrica mesmo que o charuto tivesse sido comprado fora do estabelecimento fabril era igualmente proibido. D. Celina assusta-se diante da pergunta "se podia fumar dentro da fábrica?" e responde: "Não, Ave Maria! Se o gerente ou quando o dono chegasse e encontrasse, Ave Maria! Não, não, não pode, era contrabando, ali dentro da fábrica ninguém tinha o direito de fazer uma merenda".

As proibições no âmbito da fábrica não se restringiam apenas ao uso do fumo ou dos charutos, se estendiam no sentido de uma rígida disciplina objetivando, além de uma produção mais apurada, o controle absoluto das trabalhadoras e que ocorria até mesmo a partir das pequenas ações.

Comer dentro da fábrica, principalmente no horário de trabalho, constituía-se numa falta grave que, se reincidente, poderia resultar em punição daquele que assim fosse surpreendido pelo mestre. Dalva Damiana, quando descreve a rotina do seu dia entre a casa e a fábrica, também revela a situação em que se envolviam as charuteiras quando se tratava de alimentação dentro da fábrica:

*Depois passou a vim as arapiracas meio esverdeada, a gente não aguentava, aquilo é um sofrimento a gente tomava cada bebum, a gente andava com um limão na bolsa que era pra cheirar ou então botar uns pinguinhos na língua pra ver se melhorava, que não podia levar nem uma merenda. A gente além de não ter fome pra tomar o café de manhã por causa do horário, também não tinha o que levar; tinha que deixar para os filhos e com isso a gente ia trabalhar, quando levava aquela besteira mandava tomar, jogar no lixo qualquer coisa, a gente passou por estas todas. (...) a gente comia dentro do sanitário trancada, quando a gente se sentia mal às vezes a gente tomava um purgante na banca. A gente comprava um sulfato pra desmanchar e fazer aquela beberagem e cada uma tomava meio copo, botava limão, aquele negócio pra beber pra poder coisá o estômago, de 15 em 15 dias a gente fazia isso, as colegas por que*

---

<sup>15</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. Correspondências Internas da Dannemann, 1920 - 1952. Março 1951, 03/01/1951.

*não tinha dinheiro pra comprar sozinha era tudo misturado. Eu sei dizer que quando a gente tava lá no terraço desmanchando aquela...espremendo o limão, quando o gerente chegou mandou suspender todo mundo porque a gente tava fazendo garapa pra beber, mas não sabendo que era um remédio que a gente estava desmanchando pra tomar, mas depois ele reconheceu e mandou "deixa pra lá, deixa pra lá" (Dalva Damiana Santos).*

Com um tom de voz carregado de angústia e revolta e, na expressão do rosto um ar sisudo e triste, Dalva Damiana revela, como se estivesse resgatando o próprio momento, pois também conheceu, além da dominação, a humilhação no trabalho da fábrica. E, sempre que esta e outras charuteiras se referem sobre o que era proibido fazer dentro da fábrica, principalmente no horário de trabalho, utilizam a expressão "não tinha o direito de...".

A dominação e a exploração expressas na "falta de direitos" são situações abordadas pelas próprias charuteiras e, a partir dos seus pontos de vista, o que significa que elas tinham consciência da realidade em que viviam no trabalho, porém o que faz a diferença é o grau da sutileza com que reagiam às atitudes dos dirigentes. Completando a fala de Dalva Damiana quanto ao sermão do mestre ao preparar a chegada dos proprietários, ela diz o seguinte:

*Não queria ninguém mastigando nada, todo mundo na sua. **Mas, também ninguém é besta.** Aí pronto, eles ficavam lá, depois desciam pegavam assim o charuto, olhavam, acabava se tivesse algum com defeito ele amostrava, aí o mestre vinha tirava botava na carteira dele. (...) agora eu sempre com essa cabeça que eu tinha de viver sempre alegre na banca, comendo fome ali, roendo zinco e **naquela minha eu não dava o braço a torcer.** Eu às vezes levava até um pedaço de pão debaixo do sovaco, quando a gente tirava pra comer debaixo de suor fedendo a bode, é dose! Às vezes a gente fazia uma farofa e botava aqui ó [apontando para a barriga] vestia a calça e ia (grifo nosso) (Dalva Damiana Santos).*

Momentos de tensas relações também proporcionaram reações abertas, fazendo-se necessárias longas conversas e até intermediários instituídos juridicamente para negociar exigências, tanto por parte do empregador quanto por parte dos/das trabalhadores/trabalhadoras, evidenciando a participação das charuteiras em ações ativas.

Em 1924, a Dannemann pleiteou unificar a semana de trabalho que até então era diferenciada por setor, quando uns recebiam até o dia de sábado, outros até sexta-feira como as charuteiras e, ainda outros até quinta-feira. Assim, na primeira semana do acerto todos deveriam receber até o dia de quinta-feira ficando sexta e sábado para serem incluídos na folha da próxima semana. Os operários que se sentiram prejudicados e, entre

eles, as charuteiras, ameaçaram uma greve entendendo que, desta forma, ocorreria um desconto real em sua semana de trabalho. Constituíram, então, o advogado Alberto Rabello para representá-los/las junto à empresa, o que fez realizando assembleias com os/as trabalhadores/trabalhadoras e longas horas de entendimento com o Sr. Ernesto Tobler, representante da Dannemann, que resultou em deixar tudo como antes<sup>16</sup>.

Em julho de 1946, um dissídio coletivo de grande repercussão envolveu trabalhadores/trabalhadoras das fábricas Dannemann, Costa & Penna e Suerdieck, os/as quais reivindicaram aumento de salário que foi concedido e aceito após várias negociações, obedecendo aos valores correspondentes a cada categoria, ou seja, mensalistas, diaristas e tarefeiras, esta última onde se incluíam as charuteiras<sup>17</sup>.

Em março de 1950, já no contexto das dificuldades financeiras que enfrentavam a Dannemann e a Costa & Penna, novo dissídio foi suscitado pelo sindicato dos fumageiros que exigia o pagamento das férias dos/das trabalhadores/trabalhadoras e que somente em junho do mesmo ano a Dannemann veio a solucionar<sup>18</sup>.

A solidariedade entre as charuteiras também constituiu-se um instrumento de força e de apoio para vencer as dificuldades geradas pelas próprias condições do trabalho. Unindo-se, mesmo que de maneira informal, promoviam situações de ajuda entre si, respaldadas na amizade e na identificação do grupo a que estavam inseridas, bem como, na função que ocupavam dentro da fábrica como mulher e charuteira, gerando quando não um sutil enfrentamento com as forças de dominação, uma barreira que, por certo, intimidava os dirigentes a aplicar ações mais rigorosas que as costumeiras.

Apesar de não haver registro de lutas coletivas organizadas por parte das charuteiras, no sentido de enfrentar as ações de exploração e de dominação advindas do sistema de organização das fábricas ou diretamente de seus superiores hierárquicos, o sentimento de união e solidariedade que as identificavam como trabalhadoras no estabelecimento fabril e que não era apenas uma necessidade natural de sociabilidade significou uma forma de resistência, na medida em que buscavam umas nas outras, ou dentro dos grupos, o apoio para a resolução de problemas, tanto referentes ao próprio

---

<sup>16</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. **Correspondências Internas da Dannemann, 1920 - 1952**. Maço 1924, 04/09/1924.

<sup>17</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. **Correio de São Félix**. Op. cit. n.º 579, 20/07/1946.

<sup>18</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. **Correio de São Félix**. Op. cit. n.º 769 de 18/03, n.º 772 de 08/04, n.º 774 de 22/04, n.º 780 de 03/06/1950.

trabalho como os de ordem econômica e doméstica, como se pode observar em alguns fragmentos de suas exposições:

*Muito bom, tudo era colega, tudo boa não tinha ninguém lá pra fazer fuxico de nós e outros nem nada, era um lugar muito alegre que a gente trabalhava tudo reunido (Benedita Silva).*

*Era uma amizade! Naquele tempo era muita amizade que não tinha nada contra os trabalhadores, tudo era um pelo outro. Tinha uma [charuteiras] que tinha umas colegas ficava na casa delas, lá elas dava panela para esquentar comida, quem tinha camaradagem, quem não tinha...esse negócio de amizade. (...) agora nem todas, Litinha minha filha trabalhou em Muritiba ela tinha muita amizade por lá (Sebastião Pereira Santos).*

Apesar das dificuldades de acesso às fábricas por aquelas que moravam distante, da pesada carga de trabalho e da exploração sofrida pelas charuteiras, as suas andanças de casa para a fábrica e vice-versa e o seu espaço de trabalho foram marcados pelo alegre convívio que se estabelecia a partir dos grupos de amizade que se formavam entre elas. Desta forma, observa-se que:

*A união da fábrica era tão boa que uma levasse um caroço de milho todas participava daquele caroço; se uma tivesse um aperto de não ter um dinheiro dia de Sábado e você ter dez mil réis você dividia dava cinco a uma; se uma caísse doente quando era dia de Sexta-feira a gente saía com a latinha: 'fulano bota aqui', cada uma botava um trocado pra recuperar aquele...pra comprar o leite pra'quela colega que tava doente, aí a gente chegava lá e dava a ela, ficava contente, quer dizer que há união; se a senhora desse uma roupa pra vender lá na fábrica vendia, a gente olhava, gostava vou comprar pra fulano, comprava, quando no dia não tinha o dinheiro direito pra dar dava a metade aquela pessoa tinha aquele consenso a dona aceitava (Dalva Damiana Santos).*

As charuteiras entrevistadas apresentam em suas falas um modo específico de exprimir ações e sentimentos como se este fosse um fator de identificação do ser trabalhadoras desta mesma atividade. Além da coerência ao relatar o nível de amizade e de união que se estabeleceu entre elas durante o período em que trabalharam juntas nas fábricas, expressões como, por exemplo, "a gente..." aparece com frequência em suas falas, diferentemente dos outros entrevistados e configuram de fato a existência da solidariedade como instrumento de força contra as situações opostas geradas dentro e fora das fábricas.

Contudo, é importante destacar que a resistência forjada pelas fumageiras no campo do trabalho fabril, caracterizada como uma das formas de poder, como um poder

“periférico”, não foi confiscada nem absorvida pela estrutura dominante, ao contrário, constituía-se como uma prática política autônoma que perpassava as relações de trabalho, portanto, de classe, dinamizando, inevitavelmente, àquele cotidiano. Embora, merece observar que essa prática não diminuía o poder exercido pelas indústrias sobre as trabalhadoras, mas forçava uma reelaboração diária das estratégias que norteavam as relações sociais entre aqueles sujeitos, considerando que o poder se disseminava por toda a estrutura social da indústria fumageira.

As fábricas de charutos, na verdade, configuravam-se um espaço social onde se teciam solidariedades, divergências e barganhas entre as mulheres e os homens, os patrões e as/os operárias. Para os proprietários das fábricas não era importante um grau de repressão tão forte que viesse afastar as operárias de suas atividades fabris, mas a eles importavam controlá-las com o objetivo de explorar ao máximo a capacidade de sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, torná-las dóceis, sem capacidade de resistência ou de outras estratégias políticas.

Enfim, as fumageiras enfrentavam desde as vicissitudes da dupla jornada de trabalho à exploração, propriamente dita, a que eram submetidas, mas não estavam ou viviam inertes frente a essas situações cultural e socialmente produzidas, criavam também situações e "espaços" nos quais operavam as barganhas e empreendiam os arranjos cotidianos que lhes permitiam vencer os obstáculos e a dominação dentro de suas próprias percepções do viver o tempo e o cotidiano da fábrica. Pois, como afirma Foucault (1979, p. 241), “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”.

As lutas das charuteiras contra a opressão no trabalho, que fundia exploração da mão de obra com subordinação sexual, não se limitaram às formas coletivas, organizadas, políticas e sindicais, ao considerar que "toda prática, consciente ou não, contra as formas de dominação, é tributária da luta" (COMBES; HAICAULT, 1986, p. 39), seja a indisciplina, o desperdício, o corpo mole, a obediência dissimulada, as estratégias sutis de resistência e de poder e a solidariedade. Neste sentido, verifica-se que as charuteiras também utilizaram seus próprios elementos de luta contra a dominação nos dois aspectos da opressão.

Fazer charutos, portanto, era uma atividade que ia além do manuseio do fumo ou de atingir uma produção apenas para ganhar um salário. A atividade de fazer charutos numa

fábrica tinha o significado, para cada charuteira, da existência social, além do enfrentamento de situações adversas, que marcaram a sua experiência na conquista da vida profissional e da cidadania, estando ainda presente em suas vidas como se fosse a marca de um tempo – o tempo da charuteira, afinal "os homens parecem-se mais com o seu tempo que com seus pais".

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. *Correspondências Internas da Dannemann, 1920 - 1952*.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CASTRO, Anfilóbio de. *Muritiba: sua história e seus fados 1559 - 1941*. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução. Relações sociais de sexos e de classes In: KARTCHEVSKY-BULPORT (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 23-43.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos. Realidad confusa: uma discusión teórica sobre el Estado patriarcal. In: SASSOON, Anne (Org.). *Las mujeres y el Estado*. Madrid: Vindicación Feminista, 1987, p. 111-150.

DANTAS, Pedro J. Social. *Correio de São Félix*. n.º 39, 25/01/1942.

\_\_\_\_\_. A Família. *Correio de São Félix*. n.º 67, 09/08/1942.

\_\_\_\_\_. A Desobediência. *Correio de São Félix*. n.º 94, 14/02/1943.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

KARTCHEVSKY, André et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MADEIRA, F.; SINGER, P. I. Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil. In: *Cadernos CEBRAP*, n. 15.

PALMERO, Maria José. *Teoría Feminista Contemporánea: una aproximación desde la ética*. Madrid: Complutense. 2004, p.33-67.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres Trabalhadoras: presença feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

PETITT, Cristina Molina. *Dialéctica Feminista de la Ilustración*. Barcelona: Anthropos, 1994, p.29-104.

RIVERA, Maria Milagros. Uma aproximação a la metodologia de la história de las mujeres. In: OZIEBLO, Bárbara (Org.). *Conceptos y metodología em los estúdios sobre la mujer*. Málaga, Universidad de Málaga: 1993, p.19-42.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da Educação*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, Joan. *Gender: Useful Category of Historical Analyses*. New York: Columbia University Press, 1989.

SHOTTER, John; LOGAN, Josephine. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, M. MC Caney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos, 1993, p.91-109.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. Alves; COSTA, Suely Gomes. (Trad). *Gênero*. v. 2, n. 1, 2001, p. 7-30.

## APÊNDICE

| <b>I - FONTES ORAIS</b> |  |
|-------------------------|--|
| <b>N.º</b>              | <b>Dados dos Entrevistados</b>   |
| 01                      | FALEIRO, Benedito. Servente, marceneiro e mestre de charutaria da Suerdieck em Maragogipe. 57 anos 1999.   |
| 02                      | MELO, Laurentina Neves (D. Nenen). 80 anos de idade, charuteira aposentada pela C. Pimentel de Muritiba, residente à Rua César Martins Gov. Mangabeira, 1996.                          |
| 03                      | NERIS, Celina de Jesus. 68 anos de idade, charuteira aposentada pela C. Pimentel de Muritiba, residente à Rua Domingos Pereira, Governador Mangabeira, 1996.                           |
| 04                      | SANTOS, Dalva Damiana. 73 anos de idade, charuteira da Suerdieck e da Dannemann, residente à Rua dos Remédios, Cachoeira, 2000.  |
| 05                      | SANTOS, Sebastião Pereira. 95 anos de idade, marido de charuteira e trabalhador da Costa & Penna, residente à Rua Deocleciano Servilha, S/N, Governador Mangabeira, 1999.              |
| 06                      | SILVA, Benedita Rodrigues da. 73 anos de idade, charuteira aposentada pela Cia. de Charutos Dannemann em Cruz das Almas, residente à Rua Laurenço Moreira, Gov. Mangabeira, 1996/1999. |
| 07                      | SCHINKE, Rose. 57 anos de idade, filha do Sr. Johann Schinke, técnico da Suerdieck e gerente da Dannemann. Cachoeira: 2000.  |

| <b>I - FONTES IMPRESSAS</b>  |                   |                                       |                       |
|--|-------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| <b>ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX</b>  |                   |                                       |                       |
| <b>1. CAIXA ÚNICA DE DOCUMENTOS DA CIA DE CHARUTOS DANNEMANN - ANO 1920 - 1952</b> |                   |                                       |                       |
| <b>N.º</b>   | <b>Maço</b>       | <b>Documento</b>                      | <b>Ano</b>            |
| 01   | 1923              | Carta de Comunicação Interna e outros | 1923                  |
|  |                   | *                                     |                       |
| 02   | 1924              | Carta de Comunicação Interna e outros | 1924                  |
|  |                   | *                                     |                       |
| 03   | 1925              | Carta de Comunicação Interna          | 1925                  |
|  |                   | *                                     |                       |
| 04   | 1949              | Relatório Contábil e outros           | 1949                  |
|  |                   | *                                     |                       |
| 05   | 1950              | Relatório de Operações Diárias        | 1950                  |
|  |                   | *                                     |                       |
| 06   | 1951              | Relatório de Operações Diárias        | 1951                  |
|  |                   | *                                     |                       |
| 07   | 1952              | Relatório de Operações Diárias        | 1952                  |
| <b>2. SECÇÃO: JORNAIS</b>  |                   |                                       |                       |
| <b>N.º</b>   | <b>Maço p/ano</b> | <b>Jornal</b>                         | <b>n.º Publicação</b> |
|  |                   | *                                     |                       |

|    |      |                      |             |
|----|------|----------------------|-------------|
| 04 | 1944 | Correio de São Félix | 0005 - 0051 |
|    |      | *                    |             |
| 05 | 1945 | Correio de São Félix | 0525 - 0551 |
|    |      | *                    |             |
| 29 | 2000 | Correio da Bahia     | 06/08       |

\*\*\*

|  |    |      |     |                                     |     |
|--|----|------|-----|-------------------------------------|-----|
| <b>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA</b>                |    |      |     |                                     |     |
| <b>1. SECRETARIA DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b> |    |      |     |                                     |     |
| 04   | 87 | 2378 | 149 | Doc. 557-Fotografias (C. Fumageira) | S/D |

\*\*\*

|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| <b>FÁBRICA DE CHARUTOS SUERDIECK</b>                    |  |  |  |  |  |
| 1. 4.621 Fichas Cadastrais dos Operários de 1906 a 1986 |  |  |  |  |  |

\*\*\*

|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| <b>IMPRESSOS</b>  |  |  |  |  |  |
| 1. SUERDIECK S/A CHARUTOS E CIGARRILHAS, 1905-1955. Salvador: Tipografia Manú Editora Ltda. 1955. (Biblioteca do Mestrado em História – UFBA, n.º 4704) |  |  |  |  |  |